



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA GERÊNCIA-EXECUTIVA DO INSS EM JUIZ DE FORA

Data: 15 de agosto de 2008

Horário: 10 horas e 30 minutos

Local: Sala de Reuniões da Gerência-Executiva do INSS em Juiz de Fora

I – PRESENÇAS

CONSELHEIROS

Representantes do Governo

- Paulo Eduardo Cirino – Conselheiro Presidente, gerente-executivo do INSS em Juiz de Fora.
- Eduardo Almeida Curi – Conselheiro Titular Representante do Serviço de Benefícios do INSS.

Representantes dos aposentados e pensionistas

- Maria Helena Reis Silvino – Conselheira Titular Representante da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais – FAP/MG.
- Luiz de Souza Pinto Filho – Conselheiro Titular da Associação dos Trabalhadores Metalúrgicos Aposentados de Juiz de Fora.

Representantes dos trabalhadores

- Vanderley Antônio Chilese – Conselheiro Titular Representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais.

Representantes dos empregadores

- José Maria Ribeiro Alvim – Conselheiro Titular Representante dos Empregadores do Sindicato da Indústria da Construção Civil.
- Sérgio Henrique Batista – Conselheiro Suplente Representante dos Empregadores do Sindicato da Indústria da Construção Civil.

CONVIDADOS

- Carlos Roberto Esterce do Nascimento – Chefe da Seção de Rede de Atendimento (Serat) do INSS
- Maria Áurea Ferreira Bandeira - Servidora do Serat do INSS
- Edesio Antonio Siqueira Souto – Servidor da gerência do INSS

II – AUSÊNCIAS NÃO JUSTIFICADAS

- Eduardo Pereira Pessoa – Conselheiro Titular Representante da Procuradoria do INSS
- Aparecido Fagundes da Silva – Conselheiro Titular Representante do Sindicato dos Taxistas e Transportadores Autônomos de Passageiros de Juiz de Fora e região.
- Sérgio Costa de Paula – Conselheiro Titular Representante do Comércio Varejista de Juiz de Fora.

III - ABERTURA

Verificada a existência de quorum, o Presidente Titular deste Conselho, Paulo Eduardo Cirino, abriu a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. O presidente solicita que cada um se apresente. Em seguida, Paulo deu início aos trabalhos.

IV – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

A ata da 15ª reunião ordinária deste CPS, ocorrida em 29 de agosto de 2007, foi entregue aos membros do conselho e convidados para apreciação. Ficou decidido que as atas seriam lidas e, caso houvesse contestações, encaminhadas por e-mail.

V – APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA

Aprovada a seguinte ordem:

1. Melhoria da Carreira dos servidores
2. Resultados do Plano de ações 2008 – 1º semestre
3. Mudanças reivindicadas pela gerência para a entrega dos resultados das perícias médicas na área rural

VI – ORDEM DO DIA

1. O presidente do CPS, Paulo Cirino, comenta o anseio da gerência em buscar melhorias. Ele afirma que as agências de abrangência da gerência estão muito próximas do padrão ansiado pela Previdência. Ele justifica o longo período de tempo ocorrido entre uma reunião e outra, pela dificuldade de reunir os representantes. O conselheiro presidente acorda com os representantes que a reunião não deve tratar de questões individuais, mas sim ao que tange ao coletivo. Na sequência, distribui uma cópia da ata da reunião anterior para cada presente e pede para que, no final, esta seja validada. À pedido do presidente deste conselho, ocorre a apresentação de todos os participantes citando nome e representação. Destaque para a apresentação do substituto do conselheiro Florival Xavier de Souza, José Maria Ribeiro Alvim, representante do Sindicato da Construção Civil de Juiz de Fora. O conselheiro presidente abre espaço para questões relacionadas à Receita Federal expondo sua intenção de encaminhá-las aos responsáveis. O conselheiro suplente Sérgio Henrique Batista diz que recebeu do delegado Rogério Martinho Testa ofício com explicações para o acesso via internet da I.N.3. o conselheiro titular José Maria comenta que na última reunião foi solicitado um treinamento da Receita. Para ele, o caso mais específico é o da retenção dos 11%. José Maria diz ser importante um debate sobre a base desta retenção que onera demais e está fora da realidade da mão-de-obra consumida. Para ele o INSS baseia-se neste valor e se furta à debater este assunto. Ressalta que isso dá para a empresa evasão de fluxo financeiro. Ainda ressalta que a Receita apenas manda olhar a lei, mas é preciso um debate sobre esses valores. Paulo explica que não é o INSS que se furta, pois a retenção é de competência da Receita Federal do Brasil. Ele orienta os representantes a encaminharem ofício à Receita reivindicando as mudanças mencionadas, com cópia para ele e para o Conselho Nacional de Previdência Social. E diz que é necessário mostrar os fatores prejudiciais para o governo, até mesmo para que possa haver melhorias na instrução normativa. Pergunta se o conselheiro titular Luís de Souza ainda quer indagar sobre a Receita. Luís diz que considera a Receita um órgão petulante e arrogante em tratar a sociedade desta forma, sem dar atenção às reivindicações. O presidente do conselho comenta sobre a necessidade das pautas das reuniões do CPS serem originadas por demandas dos representantes da sociedade civil. Ele diz que em todas as reuniões anteriores, as pautas foram sugeridas por representantes do governo. Desta forma, acredita o conselheiro presidente, o foco pode fugir daquilo que se considera prioritário. Ele diz que precisa conhecer a prioridade dos representantes para convidar os órgãos competentes a participarem das reuniões. Fica acordado que as pautas

serão encaminhadas com um máximo de dez dias para este conselho. O presidente do conselho lê a primeira pauta da reunião cujo foco é a melhoria no atendimento das APS'S. Essa melhoria envolve as obras de reformas realizadas nas APS's de Cataguases e Carangola. A conselheira titular Maria Helena comenta a inauguração da APS em BH, no dia 13 de agosto e pergunta porque a GEX não realizou as inaugurações. Paulo diz que já conversou com a GERBHZ, no dia 13 de agosto, quando estava participando de um seminário e pediu atenção para entrega das obras. Ele explica que as reformas atendem às necessidades dos cidadãos usuários, bem como as necessidades dos servidores. Além das obras, Paulo informa sobre a distribuição de 103 computadores para a gerência e APS's e diz estar feliz porque foi possível atender a 100% dos pedidos. Salienta que um dos motivos prejudiciais ao atendimento era a falta de manutenção dos equipamentos. Diz que existe o contrato de manutenção mas a empresa não chega ao interior do estado.

2. Outro ponto abordado pelo presidente deste conselho é a capacitação dos servidores dentro da instituição. Ele salienta que todos os níveis estão passando por treinamento que vem promovendo a reflexão do papel de cada servidor dentro da casa. O conselheiro presidente afirma que o reflexo desta capacitação é favorável ao INSS e a sociedade. Em seguida, o presidente entra na segunda pauta estabelecida para a reunião, as melhorias na carreira dos servidores. Segundo ele, os aumentos salariais chegam a 560%. Paulo explica que hoje a representação é de 30% e em 2010 pode chegar a 70%. Para o conselheiro presidente há uma melhoria no horizonte do servidor. Desta forma, ele conclui que a previdência tem fornecido todos os meios, entre aumento salarial, cursos de capacitação, que promove a renovação do conhecimento para o servidor e realização de concurso público, para que o INSS possa atender aos anseios da sociedade. Como respostas de melhorias para a sociedade, Paulo cita que hoje em 100% das APS's, os agendamentos estão em até 30 dias. Em algumas APS's, esse número não ultrapassa um dígito, ou seja, ocorre em até nove dias. O convidado Carlos Esterce completa que podemos afirmar que a grande maioria das agências está com um dígito. Explica também que com os processos de capacitação, férias e licença que ocorreram no mês de junho e julho ocorreu a diminuição de servidores em algumas APS's e isso fez com que a espera entre agendamento e atendimento aumentasse. No entanto, a espera não ultrapassa os 15 dias.
3. O conselheiro presidente aborda o Plano de Ações 2008. Ele diz que as expectativas foram atendidas. Cita que hoje a pior espera está em 17 dias em Cataguases e 19 em

Carangola, APS que está em obras. Paulo ressalta que hoje Carangola está com apoio de um novo médico, o que possibilitará que a perícia ocorra em até cinco dias do agendamento. O conselheiro presidente elogia os servidores por estarem cada vez mais engajados em busca das metas estabelecidas no Plano de Ações 2008. Para ele, o engajamento é consequência dos resultados conseguidos. Ele menciona a perícia médica, cuja demanda é maior, e diz que o que estava ocorrendo era falta de comunicação entre os diversos órgãos (TRT, MPT, SUS e outros) e o INSS. Para isso, afirma que já se reuniu com o SUS, Ministério Público do Trabalho e Defensoria Pública para estabelecer melhorias no que tange à perícia médica. O conselheiro presidente afirma que o diálogo com os médicos do trabalho é importante, pois muitas vezes o trabalhador recebe alta na perícia médica, mas o médico do trabalho continua afirmando que ele não está apto, fazendo com que muitos trabalhadores fiquem fora da folha de pagamento do INSS e das empresas. Para o presidente do conselho a primeira ação a ser feita é a interação. Um dos exemplos citados por Paulo é a proposta de parceria entre a Reabilitação Profissional do INSS e a *Arcelor Mittal*, cujo objetivo principal é a realocação do segurado, sem o risco de oneração salarial, onde trabalhador desempenhará outra atividade com o mesmo salário e sem que haja perda por parte da empresa. O conselheiro presidente destaca que é feito um trabalho de divulgação nos meios de comunicação para esclarecer o trabalho da perícia médica. Ele deixa claro que é benéfico para o INSS que as empresas e entidades representantes de classe solicitem palestras para esclarecer o trabalho que é realizado na casa. O presidente destaca o trabalho da perícia da GEXJFR e sua preocupação com a qualidade em detrimento da quantidade. Explica que há a pretensão para construir uma agência especializada para a realização das perícias. Assim, as APS's Riachuelo e São Dimas seriam agências prismas, e a demanda dessas agências diminuiria. Paulo ressalta que uma agência especializada em benefícios por incapacidade é importante pois a primeira perícia é a mais importante e tem que ser feita de maneira qualitativa. O conselheiro titular José Maria questiona se a demanda de aposentadorias diminuiu devido a possível extinção do fator previdenciário. Segundo o conselheiro titular Luíz, no setor metalúrgico houve diminuição nos pedidos de aposentadoria. O convidado Eduardo Curi acredita que se o fator previdenciário cair, vai ocorrer um aumento nas aposentadorias. José Maria pergunta em que ponto está a discussão sobre o fator previdenciário. A conselheira titular Maria Helena diz que está em votação no Senado Federal. Ela afirma que a Federação dos Aposentados já se manifestou à favor da queda do fator

previdenciário. Diz também que o que precisa ser discutido é a saúde do trabalhador, pois entre a avaliação de desempenho, aumento da carga horária e saúde do trabalhador, ela fica com a saúde do trabalhador. O conselheiro presidente afirma que da Teoria de Taylor, que priorizava a produção, estamos avançando para a teoria comportamental, humanista. Para ele, é importante rever a questão da carga horária, pois existem muitos servidores que já trabalham oito horas por dia e não as seis horas previstas. Para o presidente do conselho as melhorias são simples, significativas e fazem a diferença. Paulo explica que para o segundo semestre há duas frentes de trabalho. A primeira é a manutenção do status já alcançado referente ao atendimento. Outra demanda citada pelo conselheiro presidente é a reforma em algumas APS'S. Ele exemplifica com a APS São Dimas, que quase teve que ser transferida para o prédio da Gerência, devido a infiltrações. A segunda frente é em relação à melhoria nos resultados, com melhores condições de trabalhos e atendimentos. Ele afirma que haverá melhoria no atendimento rural, com possibilidade de atendimento coletivo e disponibilização de resultado pericial pelo 135, já no dia seguinte ao exame, pois a entrega por correio tem gerado atraso e o segurado pode perder o prazo de pedido de prorrogação ou de reconsideração. Essa demora tem resultado em demanda judicial.

4. Paulo se prepara para encerrar a reunião e abre para as considerações finais. O conselheiro suplente Sérgio ainda reclama sobre a demora na emissão do CND, em média 90 dias e pede orientações. Paulo orienta Sérgio a agendar junto ao órgão responsável e, de posse dos documentos apresentá-los formalmente. Maria Helena pede ao presidente do conselho maior atenção à estrutura da APS Além Paraíba. Paulo afirma que o fortalecimento da logística é prioridade e que isso possibilitará reformas da APS. Paulo expressa sua preocupação com uma possível paralisação e Maria Helena diz que não há essa possibilidade. Só com os servidores da saúde que receberão apenas R\$120 de aumento. Para encerrar a reunião, Paulo acorda com os conselheiros que as reuniões acontecerão na primeira quinta-feira do mês, sempre às 10 horas.

VII – DEFINIÇÃO DA PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO

Ficou acordado que os conselheiros encaminharão as sugestões de pauta por e-mail até dez dias antes de cada reunião.

VIII – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o presidente do plenário e deste Conselho, Paulo Eduardo Cirino, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 16ª reunião ordinária do Conselho de Previdência Social da Gerência Executiva do INSS em Juiz de Fora. Para constar, Daniela Canin e Francislene de Paula, secretárias deste Conselho, lavraram a presente ata.

Juiz de Fora, 15 de agosto de 2008

Paulo Eduardo Cirino

Presidente do CPS